



**GAMBA**

Grupo Ambientalista da Bahia

***Relatório Anual  
de Atividades  
2014***

# O Gambá

O Gambá surgiu do bate-papo apaixonado de alguns sonhadores que desejavam rever as relações entre os seres humanos e a natureza. Era começo dos anos 80 e chegava ao fim a fase da ditadura militar, marcada pela repressão às liberdades políticas, quando as pessoas eram proibidas de se organizar em associações e sindicatos. Muita gente que tinha sido duramente reprimida por ser contra o regime militar encontrou na militância pela preservação do meio ambiente um novo ânimo e uma nova disposição de luta por mudanças na sociedade.

Naquele momento, estourava no mundo a preocupação com o futuro do planeta já que a natureza começava a dar sinais claros de que os recursos naturais não eram infinitos como se acreditava. Era urgente ter o meio ambiente equilibrado, livre da ganância do consumismo exacerbado e da insensatez humana.

O sonho daquelas pessoas que se reuniam regularmente em praças, parques, playgrounds e em qualquer lugar possível foi concretizado no dia 14 de abril 1982, quando os 11 sócios fundadores assinaram a ata de fundação da organização. A partir daí, o grupo cresceu em número de associados, na seriedade com que enfrenta as causas ambientais, na sua postura ética, nos seus erros e acertos e na sua ousadia.

O nome do grupo foi sugerido por um dos associados. Um nome polêmico, pois muitos insistiam em dizer “gamba”, mas acabou prevalecendo a sigla Gambá, fazendo lembrar aquele bichinho, aparentemente inofensivo que, ao ser provocado, solta um cheiro forte capaz de afugentar até animais

valentes, como a onça. O Gambá tem enfrentado e incomodado, ao longo de sua história, muitos “bichos” inconvenientes, por não se comportarem de forma ecologicamente correta.

As primeiras lutas do Gambá foram para chamar a atenção da sociedade baiana à riqueza do seu patrimônio natural, principalmente com relação ao esgotamento de bens como a água, a Mata Atlântica e os seus ecossistemas associados, como dunas, lagoas e manguezais, além dos graves problemas causados pela poluição industrial, pela falta de saneamento básico, pelo uso de agrotóxicos, pela poluição das praias, rios e lagoas, pela exploração de urânio e suas conseqüências.

Além de sacudir a sociedade para o despertar diante de tantos problemas ambientais, através de ações educativas e de mobilização, o Gambá atuou firmemente frente aos poderes públicos para a criação de instrumentos legislativos, executivos e judiciários que garantissem um modelo econômico baseado no desenvolvimento sustentável e na proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Nos primeiros anos as atividades do Gambá foram marcadas por denúncias e protestos. Aos poucos o grupo engajou-se também nas discussões das políticas públicas de forma mais propositiva, participando de conselhos e comissões, nas três esferas governamentais.

No decorrer da história, o amadurecimento do grupo aponta para o desenvolvimento de projetos demonstrativos como uma estratégia de ação que visa superar a

simples denúncia e instaurar práticas sustentáveis nos aspectos sócio-culturais e econômicos, especialmente nas áreas de conservação de ecossistemas, acompanhamento de políticas públicas e formação de cidadania. Até o início dos anos 90, as ações do Gambá foram baseadas no trabalho estritamente

voluntário. Hoje, além dos voluntários, a depender da atividade, a organização conta também com uma equipe de profissionais nas áreas técnica, política e administrativa e conquistou credibilidade e reconhecimento, tornando-se também referência local, regional e nacional na área ambiental.

# Quem somos:

## Coordenação e conselheiros:

### Conselho Diretor

Leana Mattei  
Maria Alice Cintra (Lilite)  
Severino Agra Filho

### Coordenação Executiva

Milene Maia Oberlaender  
Renato Pêgas Paes da Cunha

### Conselho Fiscal

### Titulares

Maria de Fátima do Nascimento  
Maria Margarida Braga Serrão  
Vitório Paulo da Silva

### Suplentes

Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite  
Eduardo Cardoso Cesana  
Manoel Barreto da Rocha Neto

### Conselho Consultivo

Alethea Yoemi Fuscaldo  
Ana Angélica  
Anselmo Serrat  
Avelar Luiz Bastos Mutim  
Fernando Martins Carvalho  
Flávio Pantarotto  
Jean François Timmers  
Juca Ulhôa Cintra Paes da Cunha  
Luis de Lima Barbosa  
Luiz Roberto Moraes  
Marcia Engel  
Maria Lúcia Mendes de Carvalho  
Mariana Matos Santana  
Manuela Torres Tambellini  
Normando Batista Santos  
Patrícia Campos Borja  
Rogério Mucugê Miranda  
Rubens Nunes Sampaio  
Virgínia Yoemi Fujiwara

## Equipe atual

**Ailton Gonçalves Nascimento** – Viveirista

**Ana Claudia Fandi** – Bióloga

**Ananda Ribeiro Mensitieri Orlando** – Bióloga

**Antônio Mácio Santos Oliveira** – Viveirista

**Cíntia Regina de Jesus Hipólito** – Assessora administrativa financeira

**Cloves Nascimento dos Santos** – Viveirista

**Daniele de Souza Quintela** – Assessora administrativa financeira

**Felipe de Carvalho Santana** – Advogado

**Felipe Silva Bucheni** – Educador ambiental/Coordenador de campo

**Genaizo dos Santos Machado** – Viveirista

**Guiomar Miriam Borges de Souza** – Assessora administrativa financeira

**Isabelle Aparecida Dellela Blengini** – Bióloga

**Juliana de Melo Leonel Ferreira** – Assessora de Comunicação

**Luciano Amorim Cortes** – Gerente do CPMVS

**Maíra Ulhôa Cintra Paes da Cunha** – Arquiteta

**Maria Alineia Lopes Nunes Vieira (Mara)** – Serviços gerais

**Maria Aleluia Costa dos Santos** – Serviços gerais

**Oswaldina Rocha dos Santos Cruz** – Mobilizadora de campo

**Rodolfo Moreno Costa Rodrigues** – Engenheiro Agrônomo

**Telma Moreira da Silva** - Assistente Administrativa

**Vanessa Sales Pimentel** – Educadora Ambiental

# Conteúdo

## Programa Conservação de Ecossistemas

Projeto Ações Ambientais Sustentáveis.....	7
Projeto Serra da Jiboia: Uma estratégia para conservação no extremo norte do Corredor Central da Mata Atlântica .....	8

## Programa de Acompanhamento de Políticas Públicas

Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica .....	10
Observatório das Políticas Públicas – Salvador.....	11
Estudo da situação de áreas públicas de parcelamentos urbanos no município de Salvador (APSAL).....	12
Monitoramento do processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário Porto Sul.....	13
Observatório do Código Florestal.....	14


## Programa de Formação da Cidadania

Rede de Ongs da Mata Atlântica.....	16
Articulação Antinuclear Brasileira .....	17
Rede de Educação Ambiental da Bahia.....	18
Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia.....	19
Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia.....	20

## Comunicação

A comunicação do Gambá em 2014.....	22
-------------------------------------	----

# Programa Conservação de Ecossistemas



## Projeto Ações Ambientais Sustentáveis **PAAS - Uma nova fase 2013 – 2015**

Em 2014, o Gambá continuou desenvolvendo ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica na região do Recôncavo Sul Baiano, através do Projeto Ações Ambientais Sustentáveis, mantendo a essência das propostas de Maite, companheira nossa, que elaborou o projeto e que já não está mais conosco fisicamente.

Nesta segunda fase, foram acrescentados mais 3 municípios, Dom Macedo Costa, Cruz das Almas e Amargosa, além dos que já estavam contemplados na fase inicial: Elísio Medrado, Varzedo, São Miguel das Matas, Santa Teresinha, Castro Alves.

O projeto é patrocinado pela Petróbras e tem como linha de atuação a fixação de carbono e emissões evitadas com base na recuperação de áreas degradadas e as ações incluem atividades de educação ambiental, produção de mudas, reflorestamento e recuperação de ambientes naturais com vistas à oferta de serviços ambientais, tais como proteção da biodiversidade, proteção do solo e recursos hídricos e retenção de carbono.

As ações propostas para consecução dos objetivos e os resultados esperados são:

- A recuperação com reflorestamento de 8 hectares de áreas degradadas de APP com plantio de 20.400 mudas nativas.
- 5 km de cercas vivas implantadas com plantio de 15.000 mudas.
- Avaliação da fixação de carbono resultante dos plantios realizados pelo GAMBÁ em 02 hectares.
- 5 atividades de educação ambiental nos municípios.
- 2 Oficinas para capacitação de voluntários visando o fortalecimento do Grupo de

Voluntários Ambientais do GAMBÁ.

- 1 Oficina para Elaboração de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

- 1 Curso teórico-prático sobre coleta e beneficiamento de sementes nativas e 1 Encontro Regional de Produtores de Mudas Nativas

- Realização do Seminário Regional SerMata.

No ano de 2014, as principais atividades realizadas foram 4 eventos de educação ambiental nos municípios que compõem a execução do projeto, uma oficina de capacitação de voluntários, capacitação da equipe para escolha da área de mensuração da fixação de carbono, plantio de 5,2 km de cerca viva e recuperação florestal de 5,62 hectares de áreas de preservação permanente, distribuição do 4º boletim informativo do projeto e realização de uma oficina de capacitação com gestores públicos e atores da sociedade civil para elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica. Houve também investimento do projeto nas estruturas do CPMVS e reforma para modernização dos viveiros de mudas.

O projeto também propiciou a troca de vivências com outras Ongs ambientais do Brasil como o Instituto Floresta Viva, de Itacaré (BA); Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, em Guaraqueçaba (PR); WWF, de Brasília (DF), Fundação SOS Mata Atlântica, de São Paulo (SP) e Conservação Internacional, de Caravelas (BA). Um representante da equipe também participou do 8º Fórum Nacional de Educação Ambiental, em Belém.

## Projeto Unidade de Conservação da Serra da Jiboia: Uma estratégia para conservação no extremo norte do Corredor Central da Mata Atlântica

### Projeto Serra da Jiboia

O Projeto Serra da Jiboia iniciou-se junho de 2014 e está sendo executado pelo Gambá, tendo como parceiro institucional a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Ele abrange os cinco municípios que compõem a Serra da Jiboia: Elísio Medrado, Santa Terezinha, Varzedo, São Miguel das Matas e Castro Alves, no estado da Bahia.

A Serra da Jiboia está inserida na porção norte do Corredor Central da Mata Atlântica e detem um dos últimos maciços significativos de Mata Atlântica do Recôncavo Sul Baiano, com remanescentes da Floresta, grande parte em estado avançado de regeneração, entremeados por fragmentos bem preservados, formando um maciço contínuo. Trata-se de uma região de transição entre a Mata Atlântica e Caatinga, o que a torna extremamente peculiar.

O objetivo geral do projeto é realizar a caracterização socioeconômica e ambiental da Serra da Jiboia e do seu entorno para subsidiar as discussões sobre a possível criação de uma ou mais unidades de conservação.

No ano de 2014, inicialmente, foi realizada a contratação de profissionais capacitados para a execução das atividades do projeto. Para alinhamento dessas atividades, nivelamento dos procedimentos técnicos e administrativos e também para esclarecimento das dúvidas relativas ao projeto, foram realizadas reuniões com profissionais da equipe técnica e os pesquisadores da instituição parceira.

Os profissionais da equipe técnica do Gambá participaram da oficina de Socializa-

ção e Capacitação da instituição financiadora, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), no Rio de Janeiro, recebendo formação sobre o funcionamento do sistema de gestão do projeto e outras informações importantes.

Para garantir o caráter participativo das atividades também foi instalado, em setembro, um Conselho Gestor do projeto envolvendo as organizações da sociedade civil local e setor público dos 5 Municípios do entorno da Serra da Jiboia, além das universidades que estão atuando na localidade. Durante o mês de novembro de 2014, ocorreu a 2ª Reunião ordinária do Conselho Gestor do Projeto, onde foram definidos temas socioambientais a serem trabalhados no próximo ano.

Está no escopo desse projeto a reativação do Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Recôncavo Sul da Bahia e, para isso, foi realizada em 2014 uma reunião ordinária desse colegiado, com o fomento do Gambá. Nesse encontro foram apresentadas as ações e resultados alcançados do Projeto Serra da Jiboia e programadas as próximas atividades do Comitê. O projeto deve apoiar mais dois encontros do subcomitê.

Além das atividades citadas, o projeto visa o desenvolvimento de ações para criação e fortalecimento de Unidades de Conservação na Bahia, especialmente no Bioma Mata Atlântica, nesse contexto vem participando de articulações em diversos setores principalmente no CEPRAM, CIEA e REABA.



# Programa Acompanhamento de Políticas Públicas



## Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

### PMMA

O Gambá está engajado na estratégia de elaboração e implementação dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica (PMMA), ferramenta de planejamento territorial prevista na Lei da Mata Atlântica.

Elaborou, inicialmente, os PMMAs de Ilhéus (BA) e Gloria do Goitá (PE) e realizou capacitações para cerca de 40 representantes de municípios do Nordeste, entre 2011 e 2013, com apoio do Ministério do Meio Ambiente através do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). Além disso, contribuiu na definição do roteiro metodológico para elaboração dos PMMAs.

Em 2013/14, em parceria com a ONG Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica, Prefeitura e Movimento de Defesa de Porto Seguro, participou da elaboração do plano deste município.

Desde março de 2014, está trabalhando na elaboração de 9 planos em municípios do Sul e Extremo Sul da Bahia, de forma integrada com os Conselhos de Meio Ambiente dos municípios, poder público municipal, além de diversos segmentos da sociedade civil.

A região do Sul e Extremo Sul da Bahia mantém importantes remanescentes flo-

restais e ecossistemas associados que compõem o Corredor Central da Mata Atlântica, além de ser considerada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Encontra-se nesta região, o maior fragmento de Floresta Atlântica do nordeste, bem como uma importante concentração de áreas protegidas, entre unidades de conservação públicas e privadas e Terras Indígenas.

A elaboração dos PMMAs nos 9 municípios, é uma grande oportunidade de efetivar o uso sustentável dos recursos naturais da região, através de um planejamento participativo e integrado por meio da análise da paisagem da microrregião, além de propiciar a gestão regional por meio de um instrumento de governança ampliado.

Os municípios contemplados por este projeto são: Eunápolis, Itabela, Guaratinga, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Santa Cruz Cabralia, Belmonte e Canavieiras. Estes PMMAs estão sendo executados por meio da parceria com a SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional, WWF Brasil, Rede de Ongs da Mata Atlântica, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera, Associação Nacional de Órgãos Nacionais de Meio Ambiente (ANAMMA) e Veracel.

## Observatório das Políticas Públicas – Salvador

Este projeto visa realizar o monitoramento da gestão ambiental e urbanística de Salvador e está sendo viabilizado por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria de Habitação e Urbanismo, e algumas empresas que cometeram irregularidades ambientais na cidade. A título de reparação de danos, devem proceder à adoção de medidas compensatórias, investindo em projetos ambientais na cidade da Salvador. O Gambá foi escolhido como um dos intervenientes.

O TAC também estabelece que o Gambá dará apoio técnico-jurídico à Promotoria na área urbanística para procedimentos investigatórios do Ministério Público. Para atender os objetivos específicos, estão sendo realizadas as seguintes atividades:

- Análise do marco legal ambiental e urbanístico e sugestões de melhorias, em especial a revisão do PDDU e projeto de lei que dispõe sobre a política ambiental de Salvador, ainda em análise.
- Análise e acompanhamento de processos, cumprimento de condicionantes e fiscalização do licenciamento ambiental.
- Apoio e participação nos procedimentos jurídicos do Ministério Público

sobre a questão ambiental e urbanística.

- Articulação política visando controle social das políticas públicas de desenvolvimento municipal.

Para viabilizar estes objetivos, temos desenvolvidos as seguintes estratégias:

- Participação em colegiados ambientais, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Salvador (Comam), Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam) e Conselho Gestor do Parque de Pituáçu.

- Participação de fóruns, redes e movimentos de articulação da sociedade civil com atuação em Salvador, em especial o Fórum A Cidade Também é Nossa e o Movimento Vozes de Salvador.

- Articulação permanente com o Ministério Público Estadual e a Procuradoria da República.

- Diálogo constante com os diversos segmentos públicos, privados e da sociedade civil buscando fomentar uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento urbano e ambiental de Salvador, em especial a proposta da Prefeitura de Salvador denominada Salvador 500.

- Participação em eventos sobre a gestão ambiental e urbanística de Salvador e outros afins.

## Estudo da situação de áreas públicas de parcelamentos urbanos no município de Salvador

### APSAL

Este estudo teve como foco inicial do Ministério Público Estadual da Bahia identificar as Áreas Verdes Públicas dos loteamentos que foram invadidos ou “privatizados”. No entanto, ele acabou tomando um caminho mais abrangente: a criação de uma base de dados que mapeia as áreas públicas dos parcelamentos privados do município de Salvador (a partir dos inventários fornecidos pela Prefeitura), geolocaliza-os cartograficamente no Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (SICAR) e no sistema de satélite do Google Earth disponível na internet, permitindo a identificação de seu uso e ocupação.

Desta maneira, foi feita uma verificação da situação atual destas áreas públicas, identificando se o uso está de acordo com sua finalidade original, ou seja, se as áreas verdes estão realmente preservadas, se as áreas destinadas ao uso escolar, lazer, equipamentos comunitários e saúde estão tendo suas destinações planejadas, ou mesmo se ainda estão disponíveis para o uso público. Vale a ressalva de que o sistema viário não foi inserido neste trabalho, apesar de fazer parte das áreas públicas.

O trabalho foi dividido em duas fases.

Na primeira, a cartografia e a base de dados da prefeitura foram transcritas para a base de dados do APSAL com a utilização da plataforma do AutoCad e Google Earth. Ela foi concluída no primeiro semestre de 2014.

No final de 2014, foi negociada a realização da segunda fase, a partir de 2015, que terá como objetivo primordial a inserção do que já foi criado na fase anterior dentro do Sistema GIS (softwares Quantum GIS ou ArcGis) com o intuito de associar os mapas com os dados alfanuméricos, sem descartar a utilização do Google Earth. Além da complementação de informações como extração de dados legais referentes a cada parcelamento, incorporação dos dados das áreas públicas desafetadas pela Prefeitura, levantamento e inclusão dos parcelamentos que ficaram de fora desse estudo e análises de informações extras que podem ser inseridas, aprimorando ainda mais o estudo.

Este projeto também está sendo viabilizado por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria de Habitação e Urbanismo, e algumas empresas que cometeram irregularidades ambientais na cidade.

## Monitoramento do processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário Porto Sul

Ao longo de 2014, foram realizadas atividades voltadas ao monitoramento do processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário Porto Sul, empreendimento que está previsto para o Sul da Bahia, no município de Ilhéus. Trata-se de um complexo intermodal, envolvendo a construção de um porto privado, de responsabilidade da Bahia Mineração (Bamin), e de um porto público, ainda em planejamento. No porto público haverá um píer e uma retroárea da Ferrovia Oeste – Leste (FIOL), de responsabilidade da estatal Valec, e, possivelmente, indústrias também virão atraídas por este complexo. O objetivo inicial é escoar a produção de minério de ferro da mina que a empresa Bamin está implantando na cidade de Caetité, no Sudoeste do Estado.

A área definida para a instalação do Complexo Intermodal Porto Sul está inteiramente incluída na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela Unesco. Mais especificamente, ela está situada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e Rio Almada, ampliada, em 2003, com o objetivo de conservar os valiosos ecossistemas remanescentes da Mata Atlântica na bacia do Rio Almada: sua nascente, os manguezais e áreas úmidas associadas a seu estuário. Além disso, devido ao seu patrimônio natural, a região tem outra vocação econômica, baseada no cultivo do

cacau e com crescimento do turismo ao longo dos últimos 10 anos.

No entanto, mesmo com todos esses predicativos, com o empreendimento sendo criticado por especialistas e alvo de questionamentos judiciais dos Ministério Público Federal e do Estado da Bahia, o IBAMA tem dado prosseguimento ao processo de licenciamento, além de não observar o cumprimento das condicionantes propostas.

Com o objetivo de monitorar o licenciamento ambiental e fortalecer a sociedade para participar com qualidade desse processo foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Mobilização da Rede Sul Bahia Justo e Sustentável para definir estratégias de atuação frente ao licenciamento ambiental
- Elaboração de projetos para a captação de recursos destinados à continuidade do monitoramento
- Apoio ao Ministério Público – BA na realização de oficinas técnicas para aprofundamento dos Estudos de Impacto Ambiental e formação de equipe de especialistas para acompanhamento;
- Visitas às comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento (Itariri, Assentamento Bom Gosto, Assentamento Dom Elder) para informar e mobilizá-las para participação nas audiências públicas.

## Observatório do Código Florestal


O Gambá é membro colaborador deste coletivo de ONGs que tem como objetivo monitorar a implementação da nova Lei Florestal (Lei Federal 12.651/12) em todo o país. E, sobretudo, acompanhar o desempenho dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e de seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com a intenção de mitigar os aspectos negativos do novo Código e evitar novos retrocessos.

É um espaço que tem gerado dados, análises e informações que promovam a transparência e qualifiquem os debates na sociedade sobre a implementação do novo

Código Florestal. O website e as redes sociais do Observatório pretendem ser um instrumento de concentração e disseminação de informações sobre a regularização ambiental de imóveis rurais no Brasil. Acesse e participe: [www.observatorioflorestal.org.br](http://www.observatorioflorestal.org.br)

A nível local, em setembro passado o Gambá enviou ofício para a SEMA/Inema cobrando informações sobre o andamento do CAR no Estado, que na Bahia é denominado CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóvel Rural. Até o momento não obtivemos resposta.

# Programa **Formação da Cidadania**



## Rede de Ongs da Mata Atlântica

### RMA

O Gambá tem atuado como membro da coordenação nacional na retomada da mobilização e atuação política da rede.

Atualmente, a RMA conta com aproximadamente 150 instituições afiliadas e recentemente foi construído um novo sítio eletrônico, que foi utilizado como plataforma para atualização, cadastramento e cadastramento das instituições que atuam nos 17 estados brasileiros, detentores do bioma.

Esta ferramenta está possibilitando uma maior visibilidade das atividades que estão acontecendo na Mata Atlântica, na política socioambiental, além de interação com as instituições da rede. É um espaço para ser ocupado por todos nós que atuamos na Mata Atlântica. Vamos utilizá-lo: [www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)

Outra atividade importante da qual o Gambá participou ativamente foi o Planejamento 2015/2016. Ele teve como objetivo rearticular as instituições que atuam no âmbito da rede e traçar estratégias de ação,

considerando as prioridades do coletivo e o atual contexto político do campo de atuação da RMA. Esta oficina foi realizada em dezembro, na Floresta Nacional de Ipanema, em Iperó. O documento final está em processo de finalização e, havendo interesse, pode ser solicitado à coordenação do Gambá. Esta atividade está sendo financiada pelo Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica, parceria do Ministério do Meio Ambiente e cooperação alemã (GIZ e KfW).

A RMA tem buscado uma interlocução direta com alguns parlamentares no Congresso Nacional, em conjunto com outras entidades do campo socioambiental.

Além disso, o Gambá tem participado de diversas outras atividades no âmbito da rede, tratando da temática Plano Municipal de Mata Atlântica, onde estamos contribuindo com a nossa experiência para o aprimoramento deste instrumento de gestão territorial.



## Articulação Antinuclear Brasileira AAB

O Gambá está envolvido em ações antinucleares desde a década de 90, quando surgiu a iniciativa da exploração do urânio em Caetité. De lá para cá, vem participando de uma série de atividades nacionais, regionais e locais alertando para os perigos do ciclo nuclear, desde a exploração do urânio passando pelo transporte, beneficiamento, usina nuclear, lixo atômico até o uso bélico desta energia.

Em 2011, em dois encontros nacionais, um no Rio de Janeiro e outro em Olinda, organizados pela Fundação Heinrich Boll em parceria com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, quando o Gambá esteve presente, foi criada a Articulação Antinuclear Brasileira (AAB), integrada por ativistas, entidades, movimentos socioambientais e pesquisadores.

Atualmente, o Gambá é um dos facilitadores da AAB, junto com a Associação Movimento Paulo Jackson e com o Movimento Ecosocialista de Pernambuco.

A AAB dedica-se a difundir os argumentos em defesa do uso de energias renováveis e as razões pelas quais combate o Programa Nuclear Brasileiro, imposto pelo regime militar e que o atual governo insiste em dar continuidade.

Em 2014, a AAB viabilizou um projeto

que conta com o apoio da Fundação Heinrich Boll, e tem como patrocinador fiscal o Gambá, visando fortalecer a gestão da Articulação para uma ação política coordenada. As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Fortalecimento da secretaria executiva
- Manter atualizado o portal e a página no facebook
- Participação em ações em Caetité
- Participação de eventos em Itacuruba (PE), na bacia do São Francisco, onde o governo pretende implantar uma usina nuclear
- Ampliação das articulações com outros movimentos ligados à questão energética e nuclear, como a Coalizão Contra as Usinas Nucleares, o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental e outros movimentos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Participação na Campanha Energia para a Vida, desencadeada pelo Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental e lançada no Fórum Social Temático – Energia, ocorrido em Brasília, em agosto de 2014.
- Manter contato com organizações internacionais sobre o tema, em especial com o Japão e Alemanha.

## Rede de Educação Ambiental da Bahia

### REABA

A Rede de Educação Ambiental da Bahia tem por objetivo articular os educadores ambientais visando fortalecer a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999) e estimular a participação dos profissionais baianos na implementação da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA, 2011) no estado da Bahia. A publicação da Lei estadual da Educação Ambiental, em 2011, cuja formulação contou com a participação ativa de membros da rede e do Gambá, foi de grande importância para o fortalecimento das ações da Reaba, uma vez que essa Lei tornou-se um marco legal na história da Educação Ambiental baiana. Nesse sentido, atualmente o Gambá, como membro da rede, vem participando das diversas articulações buscando a implementação da lei estadual e o fortalecimento da Educação Ambiental no Estado.

Uma forma de democratizar as informações, e também buscar a implementação da política de Educação Ambiental no Estado, foi a realização de videoconferências. A primeira foi realizada dia 06 de junho de 2012, através da rede de transmissão do

Instituto Anísio Teixeira, com o objetivo de fortalecer a articulação da rede e divulgar informes sobre Educação Ambiental no Estado. Hoje, já foram realizadas quatro videoconferências. Essa iniciativa foi uma forma de chegar a diversos espaços do Estado, uma vez que esse sistema conta com 33 telessalas localizadas em vários municípios, possibilitando o diálogo dos membros da Rede de forma mais dinâmica e com baixo custo.

Em 2014, foi realizada a 4ª Videoconferência com objetivo de levantar informações sobre a Educação Ambiental no Estado para ser discutida no 8º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, evento mais importante de EA no Brasil. O Gambá também enviou seus representantes que puderam participar de diversas atividades desse evento inclusive da “Jornada sobre Educação Ambiental e Políticas Públicas, uma avaliação necessária”, realizada pela Reaba conjuntamente com outras redes do Brasil.

O Gambá participa da Reaba desde sua criação em 1992 e hoje é membro ativo da rede na realização da maioria das atividades desenvolvidas por ela.

## Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia **CEPRAM**

O Gambá é membro suplente do Cepram, representando o segmento das ONGs ambientalistas e tendo cumprido o mandato de 2013/14. O conselheiro da entidade foi Renato Cunha, como suplente da ONG 10envolvimento (ADES), de Barreiras.

No final de 2014, ocorreu nova eleição para o biênio 2015/16, tendo assumido um dos assentos titulares a mesma ONG 10envolvimento, que indicou como seus 1º e 2º suplentes dois membros do Gambá: Renato Cunha e Idalécio Santos, respectivamente.

O Cepram, nestes últimos dois anos, perdeu muito sua força e o exercício do controle social com a retirada de algumas atribuições ocorrida na mudança da lei estadual de Meio Ambiente. A principal perda foi a do papel licenciador. Ainda que se reconheça a necessidade de revisão nos procedimentos de licenciamento, essa era uma atribuição que tinha importância para a participação social na gestão ambiental. Um dos argumentos

colocados para esta supressão foi dar mais espaço nas reuniões para a formulação das políticas públicas, o que na realidade não ocorreu. A pauta das reuniões plenárias praticamente se resumia à análise de recursos de infrações.

Uma tarefa a qual nos dedicamos como membro do Cepram foi a participação em um grupo de trabalho para acompanhar a elaboração do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) estadual e que contava com a participação da Secretaria do Meio Ambiente, da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia e do Ministério Público. Participamos também de algumas audiências públicas. Mesmo com o empenho para que o ZEE fosse aprovado com as várias sugestões que foram apresentadas pela sociedade civil e o MP, até o momento ele ainda está em análise e esta deverá ser uma das tarefas para 2015.

## Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia CIEA- BA

No ano de 2014, o Gambá participou das atividades da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA-BA), como convidado colaborador, sendo representado por Lilite Cintra, membro do Conselho Diretor da organização.

A CIEA-BA é um espaço público colegiado, estadual, deliberativo no seu âmbito, constituído pelo decreto nº 9.083 de 2004 e reafirmado na Lei Estadual do Meio Ambiente, nº 10.431/2010, que tem como focos fundamentais a elaboração e o acompanhamento da implantação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, na Bahia, de forma descentralizada, democrática e participativa.

Nessa Comissão, em 2014, o Gambá foi membro do Grupo de Trabalho (GT) que elaborou a minuta do decreto de regulamentação da Lei de Educação Ambiental, nº 12.056/11, com base nas sugestões discutidas durante as consultas públicas para elaboração da própria lei e nas contribuições das diversas Câmaras Técnicas da CIEA-BA. A versão final ainda está sob a apreciação jurídica do Estado.

Integramos também a Câmara Técnica

de Mapeamento e Avaliação da CIEA, cujo foco de trabalho durante o ano de 2014 foi acompanhar o levantamento de experiências socioambientais que vem sendo desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente, através de convênios com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UESF). Nas últimas reuniões a discussão principal foi em torno dos ajustes conceituais entre as duas universidades para aprimorar a precisão das informações a serem inseridas no banco de dados.

Além das reuniões bimensais da Comissão, participamos ainda de cerca de 10 reuniões entre Grupos de Trabalho e Câmara Técnica.

Vale lembrar que, em 2014, a CIEA-BA completou 10 anos de trabalho, oferecendo à Bahia, como frutos desse processo, a Lei e o Programa Estaduais de Educação Ambiental. O Gambá colaborou com essa jornada desde o começo, e foi convidado para contar essa história, como representante da sociedade civil, no evento comemorativo dos 10 anos.

# Comunicação



## A comunicação do Gambá em 2014

A assessoria de comunicação é responsável por realizar e apoiar os processos comunicativos externo e interno da instituição, difundindo as atividades, discussões e valores do Gambá para a sociedade do entorno e também facilitando a comunicação entre os membros da equipe, conselheiros e associados. Além dessas demandas permanentes, os projetos em execução têm suas necessidades específicas de material de comunicação. Em 2014, a partir da metade do ano, houve uma reestruturação no setor com a contratação de profissional com dedicação exclusiva ao Gambá.

A comunicação do Gambá com seu público externo é realizada através dos seguintes canais: site institucional, hotsite do Projeto Ações Ambientais Sustentáveis, duas fanpages no facebook, um perfil no twitter e informativo mensal por email, o Fala Gambá. Este ano, o volume de conteúdo publicado no site e nas redes sociais cresceu e o informativo regularizou sua periodicidade. Até o momento foram 47 notícias postadas em nosso site e 12 no hotsite do Projeto Ações Ambientais Sustentáveis. O aumento do fluxo de notícias intensificou os acessos ao site, número que cresceu 42% em relação a 2013.

O acesso do público ao Gambá tem sido feita através de telefone, facebook, email e, mais raramente, em visitas presenciais ao escritório de Salvador e na base de Elísio Medrado. Os principais tópicos citados nesses contatos são: demanda por compra de mudas, informações sobre a instituição para trabalhos acadêmicos e oferta de trabalho voluntário.

As atividades dos projetos em execução no momento, Projeto Ações Ambientais Sustentáveis, Projeto Serra da Jiboia e Planos

Municipais de Mata Atlântica no Sul e Extremo Sul da Bahia demandaram a confecção e disparo de releases que têm difundido as atividades do Gambá em veículos de imprensa do Recôncavo Sul e do Sul e Extremo Sul da Bahia. A instituição também continua sendo referência na indicação de fontes para as matérias sobre meio ambiente da imprensa local de Salvador. Nos últimos 6 meses foram 6 pedidos de entrevista ou indicação de fonte para os dois maiores jornais da cidade, A Tarde e O Correio, quantidade significativa dada a escassez de matérias sobre o assunto nos jornais soteropolitanos.

No âmbito da comunicação interna, os processos de interação virtual entre a equipe, principalmente entre os membros locados em diferentes cidades, foram fortalecidos com a regularização dos emails institucionais e uso das ferramentas de produtividade online, como o compartilhamento de arquivos na nuvem. A instalação de antena de internet realizada na base do Gambá em Elísio Medrado, o CPMVS, tornou possível reuniões por Skype entre a equipe, agilizando muito a dinâmica entre as equipes de Salvador e Elísio Medrado. O uso de um grupo de mensagens de Whatsapp também permitiu à equipe uma ferramenta para comunicação instantânea e horizontal.

Além dessa rotina da assessoria da instituição, em 2014 houve inúmeras demandas de peças de comunicação para os projetos executados que ajudam a criar identidade visual dos projetos. Trata-se de pequenos panfletos, convites, boletins informativos, cartazes, banners, faixas, entre outros.

Outra ação realizada pela comunicação do Gambá é a colaboração na atua-

lização do site da Rede Mata Atlântica, em parceria com a assessoria da Fundação SOS Mata Atlântica. Estão sendo feitas atualizações semanais do site, com matérias sobre as atividades das afiliadas, incluindo o Gambá, e clipagem de matérias de relevância para a conservação do Bioma.

Alguns desafios a serem perseguidos para melhorar os fluxos de comunicação em 2015 são: implementar e expandir um

banco de imagens digitalizado da instituição, aumentar a difusão de releases e informações sobre a instituição na imprensa soteropolitana, criar uma estrutura que permita responder às ofertas de trabalho voluntário, aumentar a frequência e engajamento do público pelas redes sociais e, por fim, reestruturar o plano de comunicação institucional.